

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21200.000401/2026-21

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB E A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SEARA – CREDISEARA, PARA ABERTURA E MANUTENÇÃO DE CONTAS-POUPANÇA BLOQUEADAS (VINCULADAS) E DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DESTINADAS ÀS OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - BRASIL.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, conforme o art. único do anexo do Decreto nº 11.401 de 23 de Janeiro de 2023, constituída nos termos art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regida pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembléia Geral, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, inscrita no CNPJ nº 26.461.699/0001-80 e na Inscrição Estadual nº 07.122.550-1, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, nomeado por meio da Resolução Consad Nº 21, de 17/04/2026, e pela sua Diretora-Executiva da Diretoria de Política Agrícola e Informações DIPAI, nomeada por meio da Resolução Consad Nº 22, de 17/04/2026, doravante denominada **CONAB**, e de outro lado a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SEARA - CREDISEARA**, cooperativa de crédito, com Sede administrativa e foro jurídico em Seara, estado de Santa Catarina, sito à Avenida Beira Rio, 06, Centro, Cep: 89770-000, Seara/SC, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.204.963/0001-07, doravante simplesmente denominada **CREDISEARA**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Diretor Financeiro ambos nomeados pelo Conselho de Administração conforme Ata Nº 458 da reunião realizada em 17/07/2024, resolvem celebrar o presente **Acordo de Cooperação** para a abertura e manutenção de contas bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, destinadas às operações do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que integra a estratégia de segurança alimentar e nutricional do Estado brasileiro, instituído pelo Art. 2º da Lei nº 14.628 de 20/07/2023, e regulamentado pelos Decretos Nº 11.802 de 28/11/2023, Lei nº 13.019/2014 e o Decreto nº 8.726/2016, que regulamentam sobre as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, Portaria SEGES/MGI Nº 3.506, de 08/05/2025, Lei Nº 13.709/2018 (LGPD), Estatuto da Conab, art. 6º inciso V. Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB, artigos 602-A, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ACORDO** é de **abrangência nacional** e tem por objeto regulamentar a atuação da **CREDISEARA** na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas-poupança bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, destinadas às operações do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mediante autorização expressa da **Superintendência Regional da CONAB no estado em que estiver sendo realizada a operação**, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes dos Programas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

A movimentação dos recursos alusivos ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, será realizada por intermédio de ordem bancária emitida pelas Superintendências Regionais da **CONAB**, para depósito em contas-poupança bloqueadas (vinculadas) abertas em nome das organizações dos agricultores familiares participantes dos Programas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Superintendência Regional da **CONAB** encaminhará ofício a **CREDISEARA** solicitando a abertura de conta poupança bloqueada, com autorização para aplicação automática em caderneta de poupança (ou equivalente desde que mantidas as garantias), nos termos do ANEXO 1, e abertura de conta poupança de livre movimentação vinculada à conta poupança bloqueada, em Agência da **CREDISEARA** de escolha da organização dos agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CREDISEARA** procederá à abertura da conta poupança bloqueada e da conta poupança de livre movimentação e encaminhará ofício, nos termos do ANEXO 2, à Superintendência Regional da **CONAB** contendo os números das contas abertas para cada organização dos agricultores familiares.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Superintendência Regional da **CONAB** orientará as organizações dos agricultores familiares a comparecerem à Agência responsável pelo atendimento, para a regularização das contas poupança bloqueadas e sua respectiva conta de livre movimentação vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO – A Agência responsável pelo atendimento da organização dos agricultores familiares, no ato da regularização da conta poupança bloqueada e sua respectiva conta de livre movimentação vinculada, obterá da organização autorização específica, irrevogável e irretirável, para a movimentação das contas conforme especificado no **PARÁGRAFO QUINTO** desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – Colhidas as autorizações na forma do ANEXO 4, a **CREDISEARA** poderá movimentar as contas das organizações dos agricultores familiares, nos casos de aplicação, resgate, remanejamentos e devolução de eventuais valores não utilizados, desde que previamente autorizado pela Superintendência Regional da CONAB.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CREDISEARA** fornecerá extratos das contas aos Órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A Superintendência Regional da **CONAB** emitirá Ordem Bancária de Crédito para a conta poupança bloqueada vinculada da organização dos agricultores familiares no valor destinado às operações.

PARÁGRAFO OITAVO – A Superintendência Regional da **CONAB** encaminhará ofício à Agência da **CREDISEARA** responsável pelo seu atendimento, autorizando o resgate e a transferência dos recursos da conta poupança bloqueada para a sua conta de livre movimentação vinculada, nos termos do ANEXO 3.

PARÁGRAFO NONO – A Agência da **CREDISEARA** responsável pelo atendimento à Superintendência Regional da **CONAB** providenciará o resgate e a transferência dos recursos da conta poupança bloqueada para a respectiva conta de livre movimentação vinculada aberta na Agência responsável pelo atendimento da Organização dos Agricultores.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A **CONAB**, por intermédio das suas Superintendências Regionais, poderá determinar a **CREDISEARA** a interrupção do pagamento e/ou bloqueio das contas das organizações de agricultores familiares, nas hipóteses de desvio, inexecução ou execução em desacordo com o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A **CREDISEARA** não se responsabiliza pela malversação dos recursos recebidos da **CONAB**, salvo participação dolosa ou culposa, comprovada, de seus empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As contas poupança bloqueadas e de livre movimentação vinculadas das organizações dos agricultores familiares, serão isentas de taxas bancárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a concretização dos objetivos competirá às partes:

I – À **CONAB** – MATRIZ

- a) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, no âmbito de suas competências, a execução das etapas deste **ACORDO**.
- b) A **CONAB** possui prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, conforme artigo 42, XII, da Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.204/2015 que alterou alguns artigos da Lei nº 13.019/2014.

II – À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA **CONAB**:

- a) Realizar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar, no âmbito de suas competências, a execução das etapas deste **ACORDO**;
- b) Enviar à agência da **CREDISEARA** responsável pelo seu atendimento, por ofício, cópia da Portaria de nomeação do Superintendente Regional e do Gerente Financeiro e Administrativo da **CONAB** na respectiva Unidade da Federação, assim como de seus documentos de identidade e CPF, para que seja confeccionado cartão de autógrafos para conferências de assinaturas nos ofícios dirigidos a **CREDISEARA** autorizando os procedimentos previstos na Cláusula Segunda;
- c) Autorizar a **CREDISEARA**, por intermédio dos seus representantes legais, mediante ofício endereçado à Agência da **CREDISEARA** responsável pelo seu atendimento, a realizar todos os procedimentos operacionais e/ou financeiros previstos na Cláusula Segunda;
- d) Informar a **CREDISEARA**, mediante ofício endereçado à Agência responsável pelo seu atendimento, os responsáveis legais pelo acompanhamento, fiscalização e gerenciamento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA;
- e) Orientar a organização dos agricultores familiares para comparecer à Agência de relacionamento para regularizar a sua conta de livre movimentação, munida de original e duas cópias dos seguintes documentos: ato constitutivo e alterações posteriores devidamente registrados; comprovante de inscrição no CNPJ; Identidade e CPF dos responsáveis legais;
- f) Procedimento equivalente ao item "e" deste inciso deve ser adotado quando houver alteração cadastral ou mudança de responsável da organização de agricultores familiares;
- g) Enviar à agência da **CREDISEARA** responsável pelo seu atendimento a relação das organizações dos agricultores familiares (nome, CNPJ, endereço) atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio da **CONAB**.
- h) A **CONAB** comunicará via ofício o encerramento de cada projeto podendo, a seu critério, solicitar o encerramento das contas-poupança bloqueadas ou das contas-poupança de livre movimentação vinculada;

III – AO AGENTE FINANCEIRO

- a) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, no âmbito de suas competências, a execução das etapas deste ACORDO;
- b) Abrir contas-poupança bloqueadas vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, na agência da **CREDISEARA** de relacionamento com as Superintendências Regionais da **CONAB**, em nome das Organizações dos Agricultores Familiares e movimentá-las, somente, quando autorizado expressamente pela Superintendência Regional da **CONAB**;
- c) Abrir contas-poupança de livre movimentação vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, na agência da **CREDISEARA** escolhida pelas Organizações dos Agricultores Familiares, em nome dessas Organizações;
- d) Elaborar os cadastros das Organizações dos Agricultores Familiares e comunicar à respectiva Superintendência Regional da **CONAB**, quando da regularização das contas-poupança bloqueadas e de livre movimentação vinculadas, eventuais problemas que possam existir com os documentos exigidos (Identidade, CPF, CNPJ e estatuto social), bem como ocorrência de restrição cadastral no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal);
- e) Não cancelar as contas-poupança de livre movimentação vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA pelo período de 2 anos, a partir da data de abertura. Cada Organização de Agricultores Familiares tem um prazo de até 2 anos para concluir as entregas do projeto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o cancelamento das contas-poupança de livre movimentação prejudicam a execução do Programa, por impedir que a **CONAB** faça as transferências das contas-poupança bloqueadas para as contas-poupança de livre movimentação;
- f) Prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desempenho da fiscalização a cargo da **CONAB**;
- g) Efetuar débito em conta poupança bloqueada e crédito na conta poupança de livre movimentação, para pagamentos aos agricultores familiares, das importâncias a eles destinadas em até 02 (dois) dias úteis após a autorização expressa da Superintendência Regional da **CONAB**;
- h) Facultar à Superintendência Regional da **CONAB** o acesso à contabilidade, registros, documentos, extratos e a toda e qualquer informação necessária ao fiel desempenho de suas atividades de acompanhamento, supervisão e fiscalização, ressalvado o sigilo bancário, para efeito de conferência ou apuração dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos.
- i) Garantir livre acesso à contabilidade, registros, documentos, extratos e a toda e qualquer informação necessária dos órgãos de controle, nos termos do artigo 42, XV, da Lei nº 13.019/2014;
- j) Finalizado o presente acordo, a **CREDISEARA** garantirá a manutenção das contas bloqueada e de livre movimentação até o encerramento da execução do projeto, pelo prazo máximo de dois anos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente Acordo de Cooperação não implica desembolso, a qualquer título, dentro de sua vigência, assim fica vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

4.1. O presente Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada um o custeio das despesas inerentes a execução das ações e obrigações sob sua competência.

4.2. As dotações ou destinações de verbas específicas que venham a ser objeto de negociação serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante instrumento próprio.

4.3. Cada parte responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos empregados, designados para as ações e atividades previstas neste Acordo de Cooperação, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESVINCULAÇÃO TRABALHISTA

O presente contrato, em razão do seu objeto e natureza, não gera entre as partes do presente Acordo de Cooperação qualquer vínculo de natureza trabalhista ou previdenciário, dos recolhimentos de tributos, de seguros, de locomoção, de alimentação, de indenizações acidentárias ou de natureza civil, direta ou solidariamente, sem exceções.

5.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades relativas ao Acordo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação, nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

PARÁGRAFO QUARTO. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO QUINTO. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

PARÁGRAFO SEXTO. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

PARÁGRAFO SÉTIMO. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

PARÁGRAFO OITAVO: As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garantem que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente **ACORDO** terá prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, **vedada sua prorrogação**, conforme parâmetro constante dos artigos 461 e 462 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CONAB**.

CLÁUSULA OITAVA – DO ADITAMENTO AO ACORDO

As Cláusulas deste **ACORDO** poderão ser modificadas e suprimidas em Termo Aditivo que o integrará como um todo único e indivisível.

8.1. O presente Acordo de Cooperação poderá ser alterado mediante proposta formal, justificada e assinada por ambas as partes, vedada a alteração do objeto pactuado.

8.2. Quaisquer modificações ao presente Acordo de Cooperação deverão ser feitas mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este **ACORDO** poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

No prazo de até 30 dias após publicação do Extrato do Acordo de Cooperação no Diário Oficial da União, será designado pela **CONAB** dois fiscais com o objetivo de realizar o acompanhamento e a fiscalização satisfatória deste **ACORDO DE COOPERAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A CONAB providenciará às suas expensas, publicação no Diário Oficial da União, do extrato do presente Acordo de Cooperação, conforme previsto no art. 38 da Lei nº 13.019/2014 e artigo 476 ao 481 do Regulamento de licitações e Contratos da CONAB.

10.1. A Conab e a Cooperativa de Crédito Rural Seara – CREDISEARA se comprometem a observar as recomendações feitas no art. 41 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025, tomando as providências elencadas no referido dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste **ACORDO** deverão ser resolvidos mediante conciliação entre as partes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E assim, por estarem justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produzam os legítimos efeitos de direito.

Brasília – DF, 07 de maio de 2026

NOME: SÍLVIO ISOPPO PORTO

Companhia Nacional de Abastecimento

Diretor Presidente

NOME: NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT

Companhia Nacional de Abastecimento

Diretoria de Política Agrícola e Informações

Diretora Executiva

NOME: ADEMILSO AUZILIERO

Diretor Administrativo

Crediseara

NOME: VALDIR MAGRI

Diretor Financeiro

Crediseara

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

ANEXO 1

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA POUPANÇA

OF.CONAB/SR(_____) /UF/Nº _____ / 20XX.

Cidade (UF), ___ de _____ de 20XX.

De: **CONAB** – Superintendência Regional de _____.

Para: **CREDISEARA** (Agência responsável pelo atendimento à Superintendência Regional da **CONAB**):

Senhor Gerente,

Nos termos do ACORDO DE COOPERAÇÃO, firmado entre a **CREDISEARA** a **CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** em _____, solicitamos providenciar a abertura de conta poupança bloqueada (vinculada), em nome da Organização dos Agricultores Familiares na forma abaixo indicada, na qualidade de participante do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com movimentação exclusiva à ordem desta Superintendência Regional. Ressaltamos que, nos termos do Acordo firmado, a conta-poupança bloqueada deve conter no sistema da **CREDISEARA** a identificação/marcação de conta com recursos do Tesouro Nacional e deve ser de movimentação exclusiva à ordem da Superintendência Regional, a saber:

- Nome da Organização dos agricultores familiares:
- CNPJ da Organização
- Endereço completo da organização
- Telefone para contato:

Solicitamos também a abertura de conta poupança de livre movimentação em nome da Organização dos Agricultores Familiares indicada, na seguinte Agência da **CREDISEARA**:

- Prefixo da Agência:
- Nome da Agência:
- Cidade:

Autorizamos, quando da transferência dos recursos, por intermédio de ordem bancária para a conta poupança bloqueada (vinculada) da Organização dos Agricultores Familiares, a aplicação automática total dos recursos repassados em caderneta de poupança (ou equivalente desde que mantidas as garantias).

Atenciosamente,

Superintendente Regional da CONAB

Gerente Financeiro e Administrativo da Superintendência Regional da CONAB

ANEXO 2

COMUNICAÇÃO DE ABERTURA DE CONTAS POUPANÇA

Ofício Nº _____/20XX.

Cidade (UF), ___ de _____ de 20XX.

Da: **CREDISEARA** (Agência Responsável pelo atendimento à Superintendência Regional da **CONAB**):

Para: **CONAB** – Superintendência Regional de _____

Senhor Superintendente,

Referindo-nos ao seu ofício nº _____, de ___ / ___ / _____, comunicamos a abertura das contas poupança (bloqueada e de livre movimentação), cuja movimentação será feita à ordem dessa Superintendência, para a Organização dos Agricultores Familiares conforme abaixo, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA:

- Nome da Organização dos Agricultores Familiares:
- CNPJ da Organização:
- Dados da conta-poupança bloqueada vinculada:

ANEXO 4

AUTORIZAÇÃO

DADOS DA ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES
NOME:
CNPJ:

DADOS DA CONTA POUPANÇA BLOQUEADA
AGÊNCIA (nome e número):
NÚMERO:

A
CREDISEARA.

Senhor Gerente,

Autorizamos, em caráter irrevogável e irretratável, que essa **CREDISEARA** realize, desde que solicitados pelos representantes legais da **Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**, indicados formalmente a **CREDISEARA**, os procedimentos a seguir descritos, relacionados à conta-poupança bloqueada acima identificada, oriunda de valores repassados pela **CONAB**, para utilização no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA:

- Efetuar aplicação e resgate em caderneta de poupança (ou equivalente desde que mantidas as garantias) dos recursos disponíveis, conforme solicitação da **CONAB**;
- Efetuar a liberação de valores exclusivamente, em conta-poupança de livre movimentação vinculada, em nome da Organização dos Agricultores Familiares;
- Realizar, à ordem da **CONAB – Matriz, ou da Superintendência Regional da CONAB** em, assinado pelo titular da área responsável pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA operacionalizado pela **CONAB**, o remanejamento de recursos para contas-poupança bloqueadas de outro participante do Programa;
- Realizar, à ordem da **Superintendência Regional da CONAB**, remanejamento de recursos para nova conta-poupança bloqueada, em caso de substituição de representantes dos assentados;
- Fornecer extrato à **CONAB** e aos Órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA;
- Transferir recursos não utilizados para a Conta Única do Tesouro Nacional, por solicitação da **Superintendência Regional da CONAB** ou da **CONAB – Matriz**.
- Fornecer cópia de qualquer documento que tenha sido utilizado para operacionalizar a movimentação das contas-poupança bloqueada e de livre movimentação vinculadas em nome desta Organização.

Declaramos, neste ato:

a) ter pleno conhecimento das Normas de Execução da **CONAB** que regem a aplicação de recursos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, as quais recebemos neste ato, por cópia.

Local e data:

Nome do representante legal: Nome do representante legal:
CPF: CPF:

4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Os recursos deverão ser aplicados nas ações do âmbito do PAA, instituído pelo Art. 2º da Lei nº 14.628 de 20/07/2023, e regulamentado pelos Decretos Nº 11.802 de 28/11/2023 e pela Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016, Portaria SEGES/MGI Nº 3.506, de 08/05/2025, e que envolvam a abertura de contas, conforme modalidades previstas na legislação ora vigente e suas eventuais alterações.

Obs.: os repasses de recursos às Entidades Financeiras dependem do valor das propostas de participação apresentadas pelas Organizações Fornecedoras e aprovadas pela Conab e também da assinatura do Termo de Pactuação da Agricultura Familiar – TPAF.

5. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**, declaro, para fins de prova junto à Entidade Financeira, que **APROVO** o presente Plano de Trabalho, cujo objetivo é a realização de Abertura e Manutenção de Contas-Poupança de não livre movimentação e de livre movimentação vinculadas, imprescindíveis à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para pagamento das aquisições realizadas pela Conab junto às Organizações dos Agricultores Familiares e, em seguida, para pagamento dos Agricultores Familiares pelas Organizações.

Pede deferimento,

Local e Data

NOME.....

Diretor-Presidente da CONAB

Local e Data

NOME.....

Diretor-Dipai/CONAB

Brasília, 07 de maio de 2026

ANEXO 5

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB		CNPJ: 26.461.699/0001-80		
Endereço: SGAS Quadra 901, Conj. "A", Lote 69				
Município: Brasília	UF: DF	CEP: 70.390-010	DDD/Telefone: (61) 3312-6301	E.A: Pública
Conta Corrente: UG 135100				
Nome do Responsável (1): SILVIO ISOPPO PORTO			Nomeação: Resolução CONSAD Nº 21, de 17/04/2026	
Cargo: Presidente			Função: Diretor Presidente	
Nome do Responsável (2): NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT			Nomeação: Resolução CONSAD Nº 22, de 17/04/2026	

Cargo: Diretora Executiva da Diretoria de Política Agrícola e Informações - DIPAI			Função: Diretora Executiva		
Órgão/Entidade Partícipe: Cooperativa de Crédito Rural Seara - CREDISEARA			CNPJ: 00.204.963/0001-07		
Endereço: Avenida Beira Rio, 06, Centro					
Município: Seara	UF: SC	CEP: 89770-000	DDD/Telefone: (49) 3452-2204		
Nome do Responsável (1): ADEMILSO AUZILIERO			Nomeação: Ata Nº 458		
Cargo: Diretor Administrativo			F u n ç ã o : Diretor Administrativo		
Nome do Responsável (2): VALDIR MAGRI			Nomeação: Ata Nº 458		
Cargo: Diretor Financeiro			Função: Diretor Financeiro		

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 - Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Abertura e manutenção de contas-poupança de não livre movimentação e de livre movimentação destinadas às operações do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	Mes/Ano	Mês/Ano
2.2 - Identificação do Objeto		
<p>Regulamentar a atuação da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SEARA - CREDISEARA na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas-poupança bloqueadas e de contas-poupança de livre movimentação (vinculadas) relativas às operações do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mediante autorização expressa da Superintendência Regional da CONAB no estado em que estiver sendo realizada a operação, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do Programa.</p>		
<p>Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi instituído pelo Art. 2º da Lei nº 14.628 de 20/07/2023, e regulamentado pelos Decretos Nº 11.802 de 28/11/2023, Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016, Portaria SEGES/MGI Nº 3.506, de 08/05/2025. O programa é operacionalizado pela CONAB via Descentralização de Crédito pelos órgãos e pelas entidades federais que aportarem recursos para a execução do Programa (Art. 24 do Dec. Nº 11.802/2023).</p>		
<p>Quando um projeto de alguma Organização dos Agricultores Familiares (entidade fornecedora) é selecionado, essa entidade é convocada a firmar um contrato com a CONAB, por meio da formalização de Termo de Pactuação da Agricultura Familiar – TPAF. A CONAB envia um Ofício ao agente operador do programa (instituição financeira) solicitando abertura de duas contas vinculadas abertas em nome da entidade fornecedora: uma conta-poupança de não livre movimentação (movimentada exclusivamente pela Conab) e uma conta-poupança de livre movimentação (movimentada exclusivamente pela entidade fornecedora). O recurso financeiro necessário para a execução de cada projeto é depositado na conta-poupança de não livre movimentação, fica bloqueado e só é liberado para a entidade fornecedora mediante autorização formal da Superintendência Regional da CONAB que Jurisdiciona a Unidade da Federação de ocorrência da operação.</p>		
<p>Assim sendo, faz-se necessário um Acordo de Cooperação com o objetivo de disciplinar a atuação da instituição financeira CREDISEARA, responsável pela abertura e manutenção das contas-poupança vinculadas de não livre movimentação e de livre movimentação, indispensáveis para a execução do Programa. A assinatura do acordo não implica ônus para a Conab, deve ser chancelado juridicamente e submetido à aprovação da diretoria colegiada através de Voto específico.</p>		

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
<p>1 – Elaborar proposta de Acordo de Cooperação - Responsável: SUPAF;</p> <p>2 – Submeter à chancela jurídica da Conab - Responsável:PROGE</p> <p>3 – Submeter à chancela jurídica da entidade financeira - Responsável:CREDISEARA;</p> <p>4 – Submeter à aprovação da Diretoria Colegiada da Conab - Responsável: DIREX;</p> <p>5 – Colher as assinaturas dos representantes legais da Conab e Entidade Financeira - Responsável: CONAB e CREDISEARA;</p> <p>6 – Publicar o Acordo no Diário Oficial da União - Responsável: CONAB.</p>	Planejamento	Elaborar e firmar Acordo de Cooperação entre Conab (órgão executor do Programa) e entidade financeira (agente operador do Programa)	Mensal	XX	Março / 2026	Maió / 2026

<p>7 – Abrir as contas-poupança de não livre movimentação e de livre movimentação na entidade financeira - Responsável: CONAB;</p> <p>8 – Conab deve transferir os recursos para as contas-poupança de não livre movimentação - Responsável: CONAB;</p> <p>9 – A entidade financeira deve movimentar os recursos da conta-poupança de não livre movimentação para a conta-poupança vinculada de livre movimentação, mediante Ofício da Conab - Responsável: CREDISEARA;</p> <p>10 – A entidade financeira deve encerrar as contas-poupança de cada projeto, mediante Ofício da Conab - Responsável: CREDISEARA.</p>	Execução	Executar os termos do Acordo de Cooperação firmado	Mensal	XX	Maio / 2026	Maio / 2031
---	----------	--	--------	----	-------------	-------------

4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Os recursos deverão ser aplicados nas ações do âmbito do PAA, instituído pelo Art. 2º da Lei nº 14.628 de 20/07/2023, e regulamentado pelos Decretos Nº 11.802 de 28/11/2023 e Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016, Portaria SEGES/MGI Nº 3.506, de 08/05/2025, e que envolvam a abertura de contas, conforme modalidades previstas na legislação ora vigente e suas eventuais alterações.

Obs.: os repasses de recursos às Entidades Financeiras dependem do valor das propostas de participação apresentadas pelas Organizações Fornecedoras e aprovadas pela Conab e também da assinatura do Termo de Pactuação da Agricultura Familiar – TPAF.

5. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**, declaro, para fins de prova junto à Entidade Financeira, que **APROVO** o presente Plano de Trabalho, cujo objetivo é a realização de Abertura e Manutenção de Contas-Poupança de não livre movimentação e de livre movimentação vinculadas, imprescindíveis à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para pagamento das aquisições realizadas pela Conab junto às Organizações dos Agricultores Familiares e, em seguida, para pagamento dos Agricultores Familiares pelas Organizações.

Pede deferimento,

Local e Data

NOME: Silvio Isoppo Porto

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
DIRETOR-PRESIDENTE

Local e Local e Data

NOME: Naiara Andreoli Bittencourt

Diretoria de Políticas Agrícolas e Informações - DIPAI
DIRETORA-EXECUTIVA

Brasília, 07 de Maio de 2026

Brasília, 08 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ISOPPO PORTO, Diretor-Presidente - Conab**, em 08/05/2026, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT, Diretor (a) Executivo (a) - Conab**, em 08/05/2026, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADEMILSO AUZILIERO, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDIR MAGRI, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52483776** e o código CRC **CB7A100A**.